



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 17 de Outubro de 2024 | Ano V, n.º 297 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Tribunal Judicial do Distrito de Magude Adia Julgamento por Falta de Energia Eléctrica

- O Tribunal Judicial do Distrito de Magude foi forçado a adiar uma audiência preliminar do caso relacionado com suposta receptação de gado de proveniência ilícita com réus presos por falta de corrente eléctrica. O facto ocorreu no dia 15 de Outubro, resultando em um contratempo processual, reflectindo a falência das infraestruturas básicas do país e o desleixo do regime no poder em garantir o funcionamento mínimo da justiça para os cidadãos



A falta de electricidade comprometeu o andamento do processo judicial em autos que têm três arguidos presos, deixando às claras o problema sistémico que afecta tribunais por todo o território nacional. Num país onde o acesso à justiça já é gravemente limitado pela corrupção, burocracia e falta de recursos, a incapacidade do Estado em fornecer serviços essenciais, como energia eléctrica, representa um insulto directo à população e uma demonstração flagrante do desprezo pelo Estado de Direito.

Enquanto o governo continua a vangloriar-se das suas “conquistas” em discursos grandiosos, a realidade vivida pelas instituições de justiça nas regiões mais afastadas é substancialmente oposta. O adiamento de um julgamento por falta de electricidade demonstra como os Tribunais, pilares fundamentais para a estabilidade e a aplicação da lei, estão à mercê da negligência do Estado. Em Magude, assim como em tantos outros distritos do país, a precariedade das infraestruturas impede o pleno exercício da justiça, enquanto os mais vulneráveis aguardam indefinidamente por decisões que podem definir o seu futuro.

A falta de electricidade em tribunais é parte de um padrão de descaso que afecta o funcionamento de diversas instituições públicas. Este apagão judicial é sintomático de um sistema que não estabelece como prioridade o bem-estar dos seus cidadãos nem respeita o compromisso constitucional de assegurar o acesso à justiça para todos. Não é raro encontrar tribunais sem equipamento básico, computadores obsoletos e até falta de papel e toners, enquanto o topo da hierarquia política vive alheio ao caos que reina nos distritos.

O impacto desta inoperância do Estado recai sobre os mais desfavorecidos. Nos Tribunais, onde o tempo é um factor decisivo para os que buscam justiça, cada adiamento agrava a agonia de famílias, vítimas de violência, e réus injustamente acusados, que ficam presos em processos judiciais. A justiça que já é lenta, torna-se inexistente.

Recorde-se que o caso em montra trata de uma acusação feita pelo Ministério Público após uma incursão ilegal de uma Associação de Criadores de Gado em Magude e agentes da Polícia que, na calada da noite, sem qualquer mandado ou autorização de uma entidade competente, se deslocaram para a residência de um dos réus presos, de nome André Muzimba, e retiraram 117 cabeças de gado pertencentes a Nelson Muzimba (irmão de André Muzimba), alegadamente pelo facto de a Associação ter recebido uma denúncia de furto de 8 cabeças.

Posteriormente, o Ministério Público promoveu a prisão de Muzimba, mantendo-o em prisão, e o seu

irmão, proprietário do gado, desprovido da totalidade dos seus bens que actualmente se encontram em parte incerta, apesar de o gado supostamente receptado pelo seu irmão ora arguido não superar o número de 8.

Aliado a este facto, o Ministério Público ignorou o pedido de pagamento de caução feito pelo arguido através do seu mandatário, não promovendo qualquer acto para decisão do Tribunal.

Ora, o incidente da falta de corrente eléctrica em Magude, que ditou o adiamento do julgamento, arrisca o proprietário do gado a permanecer em prisão por mais tempo e a permanecer no desconhecimento sobre o paradeiro do seu gado à vista da justiça moçambicana.

É preciso que se exija uma resposta imediata e concreta das autoridades responsáveis. O país não pode continuar a tolerar um sistema judicial à deriva, onde os direitos dos cidadãos são constantemente violados pela inépcia. O apagão em Magude é demonstração de um regime que deixa as suas instituições à mercê do abandono, colocando o futuro da nação em perigo.



Ora, o incidente da falta de corrente eléctrica em Magude, que ditou o adiamento do julgamento, arrisca o proprietário do gado a permanecer em prisão por mais tempo e a permanecer no desconhecimento sobre o paradeiro do seu gado à vista da justiça moçambicana.






Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

